

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.297 - SC (2019/0302393-7)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : TEREZINHA PEREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de TEREZINHA PEREIRA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no (*Habeas Corpus* n. 4022600-40.2019.8.24.0000).

Extraí-se dos autos que a paciente foi presa em flagrante pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Foi impetrado *habeas corpus* pela defesa perante o TJSC, que concedeu parcialmente a ordem. O acórdão ficou assim ementado:

HABEAS CORPUS". PACIENTE DENUNCIADA PELA PRÁTICA, EM TESE, DOS DELITOS DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O MESMO FIM (ARTS. 33. "CAPUT". E 35. "CAPUT". AMBOS DA LEI N. 11.343/06). CONVERSÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA. ELEMENTOS CONCRETOS INSUFICIENTES À DECRETAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CONSTRIÇÃO. QUANTIDADE DE ENTORPECENTES APREENDIDOS QUE NÃO SE MOSTRA EXPRESSIVA. PACIENTE PRIMÁRIA E SEM ANTECEDENTES CRIMINAIS. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELA APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES QUE, NA HIPÓTESE, MOSTRA-SE SUFICIENTE À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EM ATENÇÃO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DO FATO E ÀS CONDIÇÕES PESSOAIS DA PACIENTE (ART. 282. II, DO CPP).

ORDEM CONHECIDA E PARCIALMENTE CONCEDIDA.

Agora a defesa impetra a presente medida nesta Corte sustentando inexistirem fundamentos idôneos para a imposição das medidas cautelares, sendo de rigor sua anulação. Subsidiariamente, argui desproporcionalidade e inadequação das medidas

Superior Tribunal de Justiça

de recolhimento domiciliar e monitoração eletrônica.

Ressalta que a paciente é primária e não possui antecedentes criminais.

Requer, em liminar, que se suspenda imediatamente as medidas cautelares impostas à paciente ou, subsidiariamente, ao menos as medidas de recolhimento domiciliar e monitoramento eletrônico até o julgamento deste writ e no mérito, seja declarada a nulidade do acórdão no tópico que decretou a aplicação das medidas cautelares, reconhecendo à paciente o direito de liberdade sem as medidas e, subsidiariamente, sejam revogadas as medidas cautelares de recolhimento domiciliar noturno e de monitoramento eletrônico à paciente, mantendo-se as demais.

É o relatório. Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

A pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator